



# PERCURSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL dos Diplomados da NOVA - coortes de 2010 a 2018

Relatório Síntese - Licenciados, Mestres e Doutores

Autoria:

Miguel Chaves (CICS.NOVA e NOVA FCSH / Coordenador do OBIPNOVA)

Tratamento de Dados (Quick OBIP – Power BI):

Miguel Gago (Divisão Académica e de
Garantia da Qualidade da Reitoria da NOVA)

Leitura e validação:
Comissão Científica do OBIPNOVA

### ÍNDICE

1. Int	rodução e conclusão sumária	1
1.1.	Situação perante a atividade e taxas de emprego e desemprego	2
1.2.	Ajustamento do emprego ao nível de instrução ("ajustamento vertical") e à área de formação ("ajustamento horizontal")	2
1.3.	Níveis de rendimento	2
1.4.	Situação perante a profissão	3
1.5.	Natureza jurídica das entidades empregadoras	3
1.6.	Setores de atividade	4
1.7.	Posicionamento dos diplomados face à possibilidade de emigrarem	5
1.8.	Posicionamento dos diplomados face à escolha do mesmo curso e da mesma escola onde obtiveram o diploma	5
2. Lic	enciados	6
2.1.	Cituação porante a atividade dos licensiados	7
2.1.	Situação perante a atividade dos licenciados	7
۷.۷.	Taxas de Emprego e Desemprego dos licenciados e número de licenciados inscritos em centros de emprego para procurar um emprego	8
2.3.	Percentagem de licenciados que prosseguiam estudos	9
2.4.	Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos licenciados	10
2.5.	Níveis médios de remuneração líquida dos licenciados	12
2.6.	Natureza jurídica da entidade empregadora dos licenciados	13
2.7.	Setores de atividade em que os licenciados exercem a sua profissão	14
2.8.	Situação dos licenciados na sua profissão	15
2.9.	Posicionamento dos licenciados face à possibilidade de emigrar	16
2.10.	Percentagens de licenciados que voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino	17

3. Me	stres	20
3.1.	Situação perante a atividade dos mestres	20
3.2.	Percentagem de mestres que prosseguiam estudos	21
3.3.	Proporção de bolseiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de mestres	22
3.4.	Taxas de Emprego e Desemprego dos mestres e número de mestres inscritos em centros de emprego para procurar um emprego	o 23
3.5.	Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos mestres	24
3.6.	Níveis médios de remuneração líquida dos mestres	26
3.7.	Natureza jurídica da entidade empregadora dos mestres	27
3.8.	Situação dos mestres na sua profissão	27
3.9.	Setores de atividade em que os mestres exercem a sua profissão	28
3.10.	Posicionamento dos mestres face à possibilidade de emigrarem	29
3.11.	Percentagem de mestres que voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino	30
	utores	
4.1.	Situação perante a atividade dos doutorados	32
4.2.	Percentagem de doutorados que prosseguiam estudos	33
4.3.	Proporção de bolseiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de doutorados	33
4.4.	Taxas de Emprego e Desemprego dos doutorados e número de doutorados inscritos em centros de emprego para procurar um emprego	34
4.5.	Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos doutorados	35
4.6.	Níveis médios de remuneração líquida dos doutorados	37
4.7.	Natureza jurídica da entidade empregadora dos doutorados	38
4.8.	Setores de atividade em que os doutorados exercem a sua profissão	39
4.9.	Situação dos doutorados na sua profissão	40
4.10.	Posicionamento dos doutorados face à possibilidade de emigrarem	41
4.11.	Percentagem de doutorados que voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino.	42

### 1. Introdução e conclusão sumária

O Observatório da Inserção Profissional dos Diplomados da Universidade NOVA de Lisboa (OBIPNOVA) desenvolve as suas atividades de recolha de informações agregando todas as unidades orgânicas (U.O.), no quadro da área de responsabilidade da Reitoria que concerne à Empregabilidade.

O presente relatório foi realizado tendo por base os dados nucleares das inquirições realizadas pelo OBIPNOVA ao percurso de inserção profissional dos diplomados da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA) que concluíram os seus cursos nos anos letivos de 2010 a 2018. Todos estes inquéritos, aplicados anualmente, procuraram retratar a situação profissional dos licenciados, mestres e doutores da NOVA, de cada uma das coortes, exatamente um ano após a obtenção da respetiva titulação. Os dados devem, portanto, ser lidos sabendo-se que a informação referente a cada coorte diz respeito ao ano posterior ao mencionado nos gráficos (a título de exemplo, a informação respeitante à coorte de 2010 deve ser apreciada tendo em conta que nos estamos a referir à situação profissional dessa coorte em 2011; a informação associada à coorte de 2011, diz respeito à situação dessa coorte em 2012, e assim por diante).

As amostras, estatisticamente representativas, têm por base margens de erro reduzidas (principalmente no caso dos licenciados e mestres), permitindo assim depositar uma confiança considerável na fiabilidade dos dados (Cf. Relatório Metodológico).

Os inquéritos do OBIPNOVA proporcionam, além disso, a possibilidade de se descrever o cenário de inserção dos diplomados das diversas U.O. e de todos os ciclos de estudo. No presente documento, disponibilizam-se os totais para o conjunto da Universidade sem se proceder a segmentações por U.O. ou por curso.

Antes de se apreciar a situação dos diplomados de cada um dos níveis de escolaridade, procurar-se-á, num sumário inicial, delinear as tendências evolutivas gerais, repartindo-as por algumas das dimensões-chave de caracterização do cenário de inserção, que serão depois observadas em pormenor.

#### 1.1. Situação perante a atividade e taxas de emprego e desemprego

A percentagem de desempregados e a "taxa de desemprego" conheceram uma evolução similar nos três níveis de escolaridade (licenciados, mestres e doutores), aumentando consideravelmente com a intensificação da crise económica e financeira. Entre licenciados e mestres, o agravamento do desemprego tornou-se já nítido na coorte de 2011. Junto dos doutores, evidenciou-se, sobretudo, na coorte de 2012. Em qualquer dos graus, porém, o desemprego decresceu a partir da coorte de 2013, redução que se tornou nítida a partir da coorte de 2015, mantendo-se numa trajetória descendente até à coorte 2017. Em 2018 o desemprego praticamente estabilizou, com exceção dos licenciados onde registou uma inflexão ascendente na última coorte.

Por seu turno, as "taxas de emprego" foram sofrendo oscilações entre os licenciados, nunca atingindo os valores obtidos na coorte de 2010. No caso dos mestres e doutores a taxa foi recuperando para valores semelhantes ou mesmo superiores aos observados nesse ano mais recuado. No caso dos mestres foi em 2017 e 2018 que a referida taxa atingiu os valores mais elevados de entre as nove coortes em análise, superando os 90%.

Em termos gerais, e seja qual for o ano considerado, é importante sublinhar que a "taxa de desemprego" se reduz e a "taxa de emprego" se eleva à medida que transitamos dos licenciados para os mestres e destes para os doutores.

### 1.2. Ajustamento do emprego ao nível de instrução ("ajustamento vertical") e à área de formação ("ajustamento horizontal")

Tal como sucede com a "taxa de emprego", os resultados do ajustamento vertical e horizontal são tanto mais elevados quanto maior o nível de ensino superior que os indivíduos alcançaram. Não se observa qualquer tendência nítida de deterioração. No caso dos mestres e doutores, com flutuações, ao longo das coortes, a tendência parece ser de melhoria, em ambos os tipos de ajustamento, se compararmos a situação das coortes a partir da de 2015 com as anteriores.

#### 1.3. Níveis de rendimento

De novo, independentemente do ano em análise, os níveis de rendimento aumentam de forma significativa à medida que se vai escalando os níveis de ensino. A orientação evolutiva é neste aspeto semelhante em todos eles — os rendimentos sofreram uma redução até à coorte de 2014, e melhoraram nas seguintes. Entre licenciados e mestres parece mesmo ter-se atingido em 2018 níveis idênticos aos alcançados na coorte de

2010. Tendo em conta os anos em análise, parte significativa da recuperação de rendimentos ter-se-á ficado a dever a uma redução da carga fiscal direta, em especial da taxa social única.

### 1.4. Situação perante a profissão

A aproximação de licenciados, mestres e doutores volta a evidenciar-se no que toca à situação perante a profissão. Qualquer dos graus é marcado por uma acentuada supremacia dos "trabalhadores por conta de outrem", verificando-se um ligeiro aumento dos "trabalhadores por conta própria" nas coortes cuja inserção decorreu no período de intensificação da crise económica e financeira. Apenas no caso dos doutorados se verificou um aumento dos "trabalhadores por conta própria" nas coortes de 2016 e 2017. Trata-se, no caso destes, de uma contratendência, que deve ser analisada em pormenor, embora não se tenha repetido na coorte de 2018.

### 1.5. Natureza jurídica das entidades empregadoras

O padrão evolutivo da natureza jurídica das entidades empregadoras apresenta também consideráveis similaridades entre os três níveis de formação: o setor privado vê, ao longo do tempo, intensificar-se muito o seu peso enquanto entidade empregadora; inversamente, o setor público – formado pela Administração Pública e pelas Empresas Públicas ou Mistas – sofre um declínio significativo.

Junto dos mestres, o setor privado é já responsável pela maioria dos empregos a partir da coorte de 2012, e a sua importância tem vindo a crescer acentuadamente ao longo dos anos. Entre licenciados, o setor privado foi o principal setor empregador em qualquer das coortes analisadas. Apenas para os doutorados o setor público continua a ser dominante.

Acrescente-se que foi também exclusivamente entre doutorados que a importância do conjunto formado pelas Fundações, IPSS e ONG's não decaiu em 2018. Para os mestres, mas sobretudo para os licenciados, a queda deste último género de entidades foi intensa, a ponto de o seu peso no emprego se ter tornado residual nas últimas coortes analisadas.

#### 1.6. Setores de atividade

No caso dos licenciados, o peso percentual dos setores de atividade na formação do emprego acompanha, até à coorte de 2016, o declínio do papel do Estado enquanto entidade empregadora. Este declínio torna-se sobretudo perceptivel se observarmos os *Organismos da Admistração Pública* central e local, pois, a importância destes cai inexoravelmente ao longo da década. A perda do setor público é apenas estancada nas coortes de 2017 e 2018, graças a um acréscimo da percentagem de licenciados empregados na *Justiça* e, acima de tudo, no *Setor Educativo*, se bem que este último não represente, em 2018, mais de metade do peso que detinha em 2010. O setor de atividade dominante, no entanto, foi sempre o dos *Serviços Prestados às Empresas*, pontualmente ultrapassado em 2015 e 2016 pelo do *Comércio, Restaurantes e Hotéis*, em declínio nas duas últimas coortes. É ainda de destacar, a partir de 2015, a retoma da *Banca* e dos *Seguros*, recuperação que se irá confirmar nos anos seguintes.

O perfil de emprego dos mestres é, em diversos aspetos similar ao dos licenciados, pois, também entre aqueles impera, em qualquer das coortes, o setor dos *Serviços prestados às empresas*, e tem lugar um recrudescimento da *Banca* e dos *Seguros*. Também o peso dos *Organismos da Administração Publica* cai constantemente desde 2010, embora, entre os mestres, a sua perda não chegue a ser compensada por qualquer outro setor de emprego predominantemente público – a *Educação* tem um peso quatro vezes menor em 2018 do que em 2010 no emprego dos mestres.

A diferença entre o perfil de emprego dos mestres e o dos licenciados consubstancia-se, sobretudo, por um lado, no peso da Saúde e Ação Social e, por outro, das Indústrias de transformação, eletricidade, água, gás e Construção e Obras Públicas, muitos maiores entre os primeiros do que junto dos segundos (importa não esquecer que as formações em Ciências Médicas e em Engenharias constituem mestrados integrados). Inversamente, o setor do Comércio, Restaurantes e Hotéis está claramente sobrerepresentado entre os licenciados.

Por fim, entre doutores a situação é radicalmente distinta da que encontramos entre os dois níveis de formação anteriores: o setor *Educação* continua a ser o mais representado, mesmo que também aqui se encontre em acentuado declínio – o número de doutores que nas coortes de 2017 e 2018 se encontram empregados na *Educação* não corresponde já a metade do total. Contrariamente, aumenta de forma muito acentuada, e praticamente constante, o número de doutores que trabalham na área da *Saúde e Ação Social*. Embora os setores da *Educação* e da *Saúde e Ação Social* polarizem a grande maioria do emprego dos doutores da NOVA, a dispersão por um maior número de setores intensificou-se nas últimas cinco coortes, sendo de ressalvar, especialmente, o aumento da importância das *Indústrias de Transformação*, *eletricidade*, água, gás e construção e obras públicas. A tendência, que vimos registando, de aumento da dispersão dos doutores por uma maior conjunto de setores de atividade deverá continuar a ser observada no futuro.

#### 1.7. Posicionamento dos diplomados face à possibilidade de emigrarem

A partir de 2012, auge da crise económico-financeira, o OBIPNOVA começou também a recolher dados acerca do modo como os diplomados se posicionavam face à possibilidade de emigrarem. Considerou-se que esse dado constituiria um bom indicador indireto da sua perceção acerca da qualidade do cenário de emprego em Portugal, postulando-se que os graduados tenderiam a manifestar tanto menos intenções de emigrar quanto mais favoravelmente avaliassem as suas oportunidades profissionais no contexto nacional, por comparação com as oportunidades de trabalho no estrangeiro. Ora, desde a coorte de 2012, momento em que a proclamação de intenções emigratórias foi mais elevada, verifica-se que a manifestação de disposições desse género tem vindo a decrescer junto dos licenciados. Entre mestres e doutores a tendência de decréscimo não foi tão nítida, pois, se decresceu até 2015, estabilizou a partir daí.

# 1.8. Posicionamento dos diplomados face à escolha do mesmo curso e da mesma escola onde obtiveram o diploma

Finalmente, considerou-se que a manifestação de intenção de escolha do mesmo curso e do mesmo estabelecimento de ensino funcionariam como indicadores relevantes da avaliação global que os diplomados produzem da sua formação na NOVA. Como se poderá observar adiante, a intenção da escolha do mesmo curso é afirmada pela grande maioria dos diplomados, sendo ainda mais extenso o número daqueles que declaram que escolheriam a mesma escola.

Sendo certo que a questão da "empregabilidade" constitui apenas um de entre vários elementos que os indivíduos equacionam na avaliação global que produzem do seu curso e da sua escola, é muito provável que a sua relevância tenda a intensificar-se na avaliação que aqui produzem, uma vez que os inquiridos sabem de antemão que se encontram a responder a um inquérito acerca da sua experiência de inserção profissional.

### 2. Licenciados

Os inquéritos levados a cabo pelo OBIPNOVA pretendem, antes de quaisquer outros aspetos, caracterizar a situação dos diplomados perante a atividade, apurando o número de "empregados", "desempregados" e "inativos" de cada uma das coortes de graduados da NOVA. Para proceder a essas classificações, seguem-se os critérios e definições utilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo EUROSTAT. A sua correta aplicação obriga a que, em sede de inquirição, todos os indivíduos sejam colocados perante uma mesma questão: "Na semana X (semana de referência), trabalhou pelo menos uma hora (trabalho pago)?". A semana de referência corresponde, nos inquéritos do OBIPNOVA, ao momento exato em que cada inquirido perfez um ano após a conclusão do curso.

Na grande maioria das situações, a resposta afirmativa a esta pergunta determina a classificação dos indivíduos como "empregados". Em caso de resposta negativa, os respondentes são classificados como "desempregados", se nas três semanas anteriores à "semana de referência" se encontravam disponíveis para trabalhar e simultaneamente realizaram diligências para procurar emprego; inversamente, são classificados como "inativos" se declararam que, nesse mesmo período, não se encontravam disponíveis para trabalhar ou não haviam desenvolvido esforços para encontrar trabalho.

A adoção das classificações oficiais do INE, bem como das definições e respetivos critérios, permite-nos dispor de classificações objetivas, estáveis e padronizadas para proceder à categorização dos indivíduos como "desempregados", "empregados" e "inativos", além de nos facultar a possibilidade de cotejar várias coortes ou de comparar os dados da NOVA com outros dados oficiais, nacionais e internacionais. A sua maior limitação reside no facto de tais definições autorizarem a classificação como "empregados" de indivíduos que se encontravam numa situação bastante precária face ao mercado de trabalho, trabalhando poucas horas por semana e/ou usufruindo de baixas remunerações (ex.: aqueles que realizaram apenas biscates). Acreditamos, contudo, que o conjunto de informações suplementares que também disponibilizaremos, em especial as referentes ao "Nível de remuneração" e ao "Grau de adequação do emprego ao nível de instrução", nos permitem atenuar essa lacuna, facultando-nos um quadro de caracterização global da situação profissional dos diplomados que consideramos bastante detalhado.

### 2.1. Situação perante a atividade dos licenciados

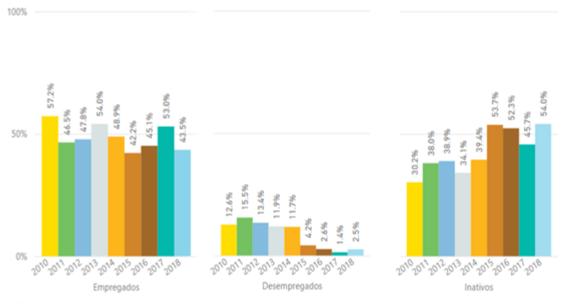


Figura 1. Situação perante a atividade dos licenciados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

Um ano após a conclusão da graduação, 43,5% dos licenciados que obtiveram o diploma no ano letivo de 2018 estão "empregados" (com um quarto destes a declarar que o seu trabalho corresponde a um "estágio remunerado"). Apenas 2,5% se encontravam "desempregados", embora, como se pode observar na Figura 1, ascenda a mais de metade (54,0%) o número de indivíduos classificáveis como "inativos".

Se compararmos o conjunto dos anos letivos, constatamos que se verificou uma queda abrupta da percentagem de empregados da coorte de 2010 para a de 2011, e um aumento do número de desempregados, que ascendeu a 15,5% na coorte de 2011. Como era de prever, a coorte de 2011 enfrentou especiais dificuldades de inserção no mercado de trabalho (é importante não esquecer que os dados se referem à situação em que os diplomados se encontravam um ano após a finalização do curso, o que coincide, na grande maioria dos casos, com semanas situadas no segundo semestre de 2012).

Nas coortes seguintes – 2012, 2013 e 2014 – registou-se uma recuperação da percentagem de empregados, sem que, alguma vez, se tenha igualado a proporção alcançada em 2010. A percentagem de desempregados foi, no entanto, consideravelmente menor em qualquer das coortes a partir de 2013 do que em 2010, facto qiue se ficou a dever, em grande medida, ao aumento do número de inativos. É certo que o aumento da inatividade já se havia registado em 2012, mas, nesse momento, não fora suficiente para impedir o crescimento do desemprego – a conjuntura económica era de tal modo depressiva que mesmo esse incremento não foi bastante para atenuar a ascensão do número de indivíduos que, sem êxito, procuravam trabalho. Os motivos para o crescimento da inatividade serão desvendados mais à frente, na análise da Figura 3.

Das nove coortes analisadas, destaca-se, pela positiva, a de 2017 (importa reforçar que os dados dizem respeito à situação em que esta se encontrava em 2018). Em resultado de uma melhoria assinalável da conjuntura, a percentagem de desempregados quedou-se no número inédito de 1,4%, tanto mais notável se tivermos em conta que a percentagem de inativos também baixou.

Resumidamente, os indicadores da situação perante a atividade melhoraram claramente no último quadriénio (2015-2018) comparativamente com os do quadriénio anterior (2011-2014), com destaque para a coorte de 2017, especialmente beneficiada pela melhoria do cenário macroeconómico, pelo menos durante o seu primeiro ano de inserção.

### 2.2. Taxas de Emprego e Desemprego dos licenciados e número de licenciados inscritos em centros de emprego para procurar um emprego

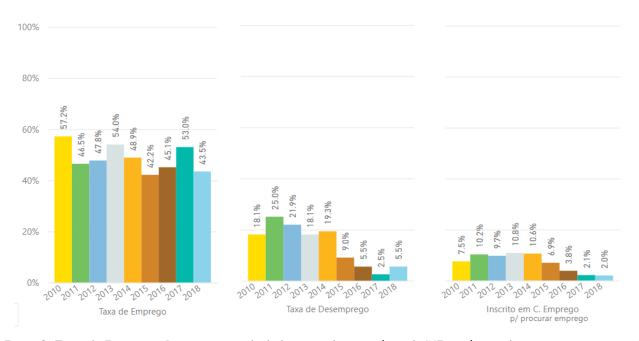


Figura 2. Taxas de Emprego e Desemprego (calculadas segundo os critérios do INE) e número de inscritos em centros de emprego para procurar um emprego, dos licenciados da UNL, um ano após a obtenção do grau

Ora, tendo em conta os dados anteriores, a evolução das "taxas de emprego" e de "desemprego", patentes na Figura 2, seriam, desde logo, fáceis de prever.

Com efeito, a taxa de desemprego aumentou de forma vertiginosa da coorte de 2010 para a de 2011 - instante em que atingiu um pico de 25% -, tendo recuado depois. Nos anos de diplomação de 2012, 2013 e 2014 a redução fez-se claramente graças ao aumento do número de empregados. De 2015 em diante a intensificação da descida do desemprego é, em parte considerável, atribuível também ao aumento da inatividade.

Merece-nos particular referência a coorte de 2018, não só por ser a mais atual, mas porque vem interromper a tendência de quebra das taxas de desemprego que se vinha verificando desde o ano de licenciatura de 2011 (com exceção da coorte 2014). Ora, se observarmos os dados do INE, verificamos que o acréscimo da taxa de desemprego registado entre os licenciados da NOVA da coorte de 2018, um ano após a conclusão da licenciatura, não destoa da tendência também registada a nível nacional. Com efeito, tal crescimento coincide com um ligeiro aumento da mesma taxa observado em Portugal entre os diplomados das faixas etárias juvenis, no terceiro trimestre de 2019, comparativamente com o terceiro trimestre de 2018 (é justamente nos terceiros trimestres de cada ano que a grande maioria dos licenciados da NOVA conclui o grau). No contexto nacional, as taxas de desemprego entre indivíduos com o nível de instrução superior sobem, do terceiro trimestre de 2018 para o terceiro trimestre de 2019, de 21,0% para 23,4% na faixa etária ≤ 24 anos, e de 6,3% para 7,0% na faixa 25-34 anos. Neste último grupo etário, o desemprego continua a aumentar no 4.º trimestre de 2019, ascendendo a 8,4%. Refira-se que estes dados são ainda anteriores à crise pandémica, cujos efeitos apenas se farão sentir em 2020.

### 2.3. Percentagem de licenciados que prosseguiam estudos

Sem prejuízo de aprofundamentos ulteriores, é nítido que o aumento da inatividade se ficou em larga medida a dever ao número de indivíduos que prosseguiam estudos sem procurar trabalho. Com efeito, na coorte de 2018, momento em que o número de licenciados que ainda estudavam ascendeu à fasquia recorde dos 70%, a condição de "estudante" era absolutamente dominante entre os inativos – entre estes, 93,6% encontravam-se a estudar, não desenvolvendo diligências ativas para encontrar emprego (cf. Figura 3). Mas a percentagem de estudantes atingiu também um nível considerável entre os empregados (52,3%).

Contrariamente, entre os desempregados o número de estudantes foi, em qualquer das coortes, sempre superior a um quinto, mas declinou paulatinamente desde 2010, tendo atingido em 2018 o valor mínimo de 22,7%. Em parte, é possível que tal redução se tenha ficado a dever à crescente dificuldade dos indivíduos que se encontravam nessa condição custearem o preço das propinas, que, em diversos casos, se elevou. Em todo o caso, a cabal compreensão dessa progressiva redução, mas também da contratendência pontual registada em 2017, obrigarão a futuras análises especificamente centradas nos licenciados que se encontram desempregados.

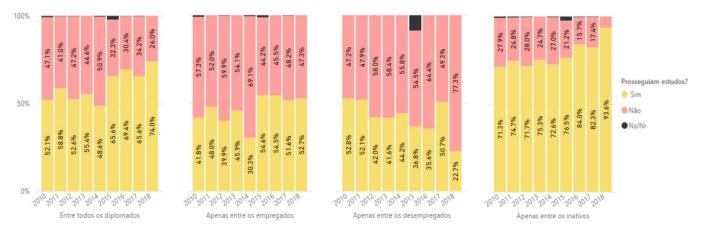


Figura 3. Percentagem de licenciados da NOVA que prosseguiam estudos noutra licenciatura, pós-graduação, mestrado ou doutoramento

O aumento ininterrupto do número de inativos-estudantes é um claro indício de que se assistiu nos últimos quatro anos a uma intensificação da importância concedida à transição para o 2.º Ciclo. No caso da NOVA, o interesse pelo 2.º Ciclo atingiu, na segunda metade da década, níveis nunca antes alcançados. Na coorte de 2018, exatamente metade dos licenciados eram exclusivamente "estudantes" (50,5%).

### 2.4. Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos licenciados

Vejamos agora em que medida as atividades profissionais desenvolvidas pelos licenciados se adequavam, por um lado, ao seu nível de instrução ("ajustamento vertical") (Figura 4) e, por outro, à área do seu curso ("ajustamento horizontal") (Figura 5). Ambas as variáveis são de enorme relevância para se aferir o grau de qualidade dos empregos em que esta população se encontrava inscrita um ano após a diplomação.

Para avaliar o grau de "ajustamento vertical", o OBIPNOVA utilizou os critérios da OCDE, que postula que os indivíduos classificados nos grupos profissionais 1 ("Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, Dirigentes, Diretores e Gestores Executivos"); 2 ("Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas") e 3 ("Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio") se encontram numa posição profissional adequada a um nível de instrução superior¹.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup>As três primeiras categorias da International Standard Classification of Occupations (ISCO), que integra a Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 (CPP/2010), são reconhecidas como aquelas que "include posts to be typically occupied by tertiary education graduates". Cf: Eurostat (2009), *Bologna Process in Higher Education in Europe. Key Indicators on the Social Dimension and Mobility,* Luxemburgo: Office for the Official Publications of the European Communities, pp. 131-137.

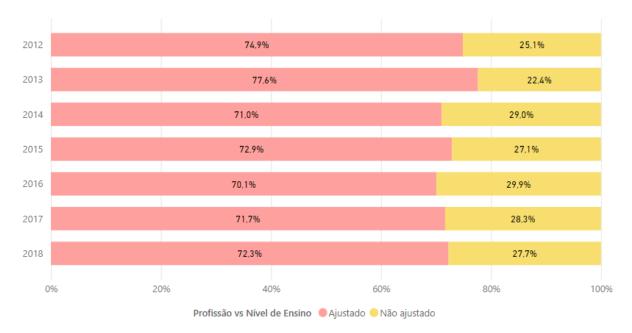


Figura 4. Ajustamento entre a atividade profissional e o nível de instrução dos licenciados da NOVA, um ano após a conclusão do grau

A convergência entre a atividade profissional dos licenciados e o seu nível de instrução ("ajustamento vertical") é na coorte de 2018 de 72,3%. Este número de ajustamento, que se situa ligeiramente abaixo de três quartos do total, regista uma tendência para uma certa estabilização, despontando, contudo, a coorte de 2013 como aquela que ao fim de um ano após a diplomação patenteava níveis de ajustamento superiores – 77,6%.

Por sua vez, o grau de "ajustamento horizontal" (Figura 5) melhorou nos últimos quatro anos, em especial nos dois últimos, começando a aproximar-se, de forma nítida, de três quartos do total: 73,8% em 2017 e 74,8 em 2018%.

Ao contrário do que sucede com o ajustamento vertical, os dados referentes ao ajustamento horizontal são obtidos a partir de uma avaliação realizada pelos próprios inquiridos, com recurso a uma escala de 10 dígitos, em que 1 significa que a atividade profissional se encontra "Totalmente desajustada à área de formação" e 10 que está "Totalmente ajustada". Convencionou-se que uma avaliação idêntica ou superior a 6 significa que os indivíduos percecionam positivamente o ajustamento entre a área em que se formaram e o conteúdo do trabalho que realizam. Por outro lado, considera-se a atividade dos bolseiros de investigação, por definição, totalmente ajustada à respetiva área de formação.

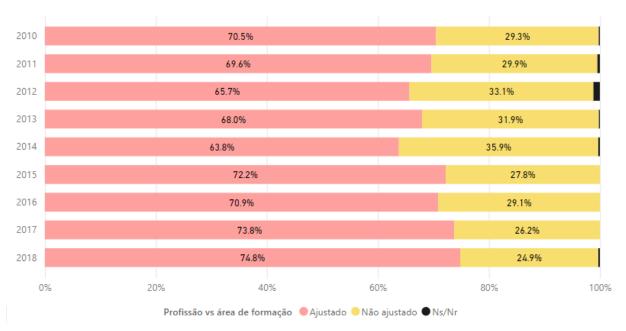


Figura 5. Ajustamento declarado entre a atividade profissional e a área científica de formação dos licenciados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

### 2.5. Níveis médios de remuneração líquida dos licenciados

Outro indicador nuclear para se caracterizar o cenário de inserção diz respeito aos níveis remuneratórios (Figura 6). Embora os valores médios tenham que ser avaliados com cautela, pois dependem de declarações dos próprios inquiridos com todas as limitações inerentes a tal método de apuramento, dão certamente indicações razoáveis acerca das tendências evolutivas.

Feita a advertência, as remunerações líquidas aumentaram de 980 para 993 euros da coorte de 2017 para 2018. Reforçou-se assim ligeiramente a tendência de subida que se vinha verificando desde o ano de 2015, e superou-se em 2018 o valor de 2010. Se observarmos os dados disponibilizados pelo INE ("Rendimento médio mensal líquido - Série 2011 - € - da população empregada por conta de outrem por Local de Residência, NUTS – 2013, e Profissão; Anual"), verificamos que as referidas tendências de aumento são convergentes com as observadas a nível nacional para os "Especialistas das Atividades Intelectuais e Científicas" e para os "Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio", grupos profissionais nos quais se inscreve a grande maioria dos licenciados da NOVA.

Os valores encontrados dizem respeito a remunerações líquidas, pelo que, considerando o contexto dos últimos anos, a recuperação ter-se-á ficado a dever, em parte, à redução do peso da fiscalidade direta, em especial da "taxa social única".

No caso dos jovens licenciados da NOVA, e eventualmente de outras universidades portuguesas, o aumento dos rendimentos poderá também estar relacionado com o aumento da inatividade. Com efeito, é razoável presumir-se que são justamente os jovens diplomados que se encontram diante do mercado de trabalho em condições mais débeis quem mais tenderá a adiar o ingresso nesse mercado. A subtração desses casos, em favor da inatividade, contribuirá, igualmente, e só por si, para o aumento do valor médio das remunerações da coorte 2018, que, pela primeira vez em toda a década, supera o de 2010.

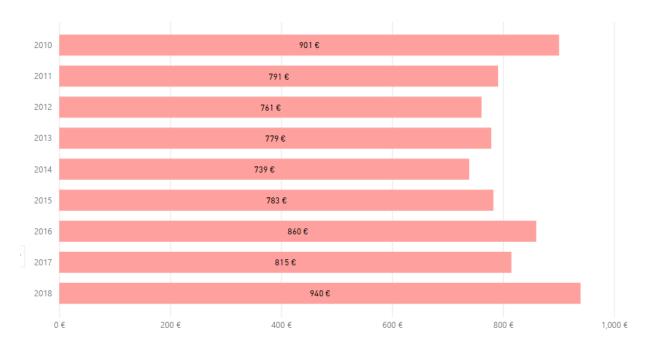


Figura 6. Níveis médios de remuneração líquida dos licenciados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

### 2.6. Natureza jurídica da entidade empregadora dos licenciados

No que concerne à natureza jurídica da entidade empregadora (Figura 7), observa-se que os licenciados de 2018, na sua grande maioria, se encontravam "empregados" no "setor privado" (86,2%), que impera em qualquer das coortes. Acrescente-se que a tendência aponta, de modo claro, no sentido de um ascendente das empresas privadas e de uma quebra do setor público na formação de emprego, orientação evolutiva apenas revertida nas duas coortes mais recentes, com um aumento do peso relativo da *Administração Pública*, embora a importância das *Empresas Públicas ou Mistas* se tenha continuado a contrair, de forma aliás vertiginosa, passando a representar, em 2018, apenas 1,8% do total.

A importância das ONG agregada à das IPPS e das Fundações foi sempre muito minoritária, e embora tenha crescido entre 2010 e 2013, de 1,1% para 3,3%, não cessou de cair a partir desse momento, a ponto de

em 2017 o seu peso se ter tornado residual, com ligeira recuperação em 2018. Importa observar se esta última contratendência se irá ou não manter, ou até reforçar, em 2019.

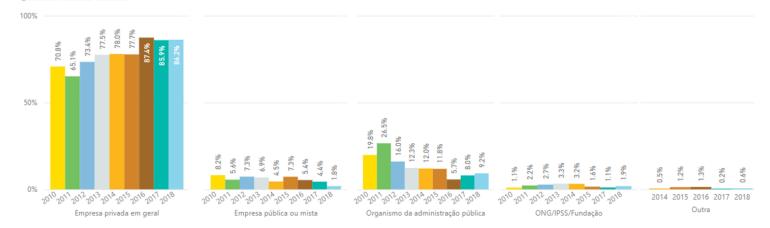


Figura 7. Natureza jurídica da entidade empregadora dos licenciados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

### 2.7. Setores de atividade em que os licenciados exercem a sua profissão

Que relevância assume cada um dos setores de atividade na formação do emprego dos licenciados (Figura 8)? Responder a esta questão ajuda a esclarecer o conteúdo do emprego nas Empresas Privadas e nos Organismos da Administração Pública, nomeadamente o ascendente das primeiras, que acabámos de ressalvar.

No caso dos setores mais associados à iniciativa privada, verifica-se a proeminência dos *Serviços Prestados às Empresas*, dominante em qualquer dos anos, com exceção de 2015 e 2016, biénio em que foi destronado pelo forte crescimento do setor do *Comércio, Restaurantes e Hotéis*. Este último chegou a ser responsável por 26,4% dos empregos em 2016, ou seja, por um quarto do emprego total, reforçando assim uma tendência de crescimento que se fazia notar desde o início da década. A referida orientação ascendente inverteu-se, contudo, nos dois últimos anos, a ponto de, na coorte 2018, o peso do *Comércio, Restaurantes e Hotéis* voltar a cair para 16,5%, situando-se num valor idêntico ao registado antes de 2015.

Permanecendo ainda nas esferas onde predomina o setor privado, verifica-se, a partir de 2015, uma retoma da *Banca* e dos *Seguros*, que se confirmou e acentuou nas coortes seguintes – a *Banca* e os *Seguros* passam a representar 13,3% do total em 2018. Já os setores, quer das *Comunicações e Transportes*, quer das *Indústrias Transformadoras*, *eletricidade*, *água*, *gás* e *construção* e *obras públicas*, irão sofrer flutuações ao longo do tempo, volatilidade que não permite discernir uma tendência unívoca ao longo do tempo, embora seja possível afirmar que ambos detêm na coorte de 2018 um peso superior ao registado na coorte de 2010.

Por sua vez, nos setores dominados pelo Estado, o emprego nos *Organismos da Administração Pública* vai caindo de forma paulatina, mas inexorável, a ponto de, na última coorte analisada, não representar mais de

1,3% do emprego total dos licenciados da NOVA. A pequena recuperação do emprego no setor público observada nas coortes de 2017 e 2018 fica não só a dever-se, como se pode constatar na Figura 8, à área da *Justiça*, que emprega 4,5% dos indivíduos da coorte de 2018, mas, sobretudo, à *Educação*, que representa nesse mesmo ano 8,4% do total. Não obstante o seu crescimento, na coorte de 2018, o setor educativo não ultrapassa nesse ano metade da importância que detinha em 2010, altura em que correspondia a 16,9% do total.

Coorte	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018	
Setor de atividade	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Serviços prestados às empresas	28.8%	158	24.1%	116	28.0%	154	30.2%	193	34.7%	217	21.4%	87	22,3%	115	33.1%	208	26.2%	135
Comércio, restaurantes e hotéis	2.0%	66	16.1%	78	11.7%	64	16.6%	106	18.1%	114	24.7%	100	26.4%	137	22.5%	142	16.5%	85
Educação		93	13.7%	66	15.2%	84	16.0%	102	15.3%	96	12.2%	50	5.6%	29	8.4%	53	8.4%	44
Bancos e seguros		70	8.6%	42	8.2%	45	8.8%	56	6.4%	40	9.2%	37	12.0%	62	12.6%	79	13.3%	69
Serviços artísticos e culturais	8.3%	45	9.7%	47	10.5%	58	5.1%	33	7.3%	46	5.7%	23	4.3%	22	5.6%	35	6.0%	31
Transportes e comunicações		21	7.8%	37	8.6%	47	8.6%	55	3.9%	25	5.2%	21	9.2%	47	5.0%	31	6.6%	34
Administração Pública, central e local	6.6%	36	5.5%	27	5.1%	28	2.7%	17	2.9%	18	3.0%	12	2.8%	15	2.6%	16	1.3%	7
Indústrias transf., eletr., água, gás e construção e obras públicas	3.3%	18	2.3%	11	2.1%	11	4.0%	25	2.7%	17	2.4%	10	1.9%	10	3.7%	23	6.2%	32
Saúde e ação social	2.8%	15	3.3%	16	2.7%	15	3.8%	24	1.9%	12	4.7%	19	3.1%	16	2.8%	18	2.5%	13
Justiça		12	3.0%	14	2.3%	13	1.4%	9	2.6%	16	6.1%	25	1.9%	10	1.6%	10	4.5%	23
Outra situação											2.8%	11	4.9%	25	0.8%	5	6.0%	31
Ns/Nr	0.8%	4	2.6%	13	2.2%	12	1.0%	6	1.6%	10	0.8%	3	2.4%	12			0.6%	3
Organismos internac, e outras Instituições extraterritoriais	0.3%	2	1.2%	6	1.1%	6	0.6%	4	1.1%	7	2.0%	8	1.4%	7	1.1%	7	0.9%	5
Agricultura, pesca e indústrias extrativas		6	0.6%	3	0.6%	3	1.0%	7	1.1%	7			1.8%	9	0.3%	2	0.9%	5
Defesa Nacional	0.5%	3	1.5%	7	1.8%	10	0.2%	1	0.3%	2								
Total	100.0%	549	100.0%	484	100.0%	549	100.0%	639	100.0%	627	100.0%	407	100.0%	518	100.0%	628	100.0%	517

Figura 8. Setores de atividade em que os licenciados da NOVA exercem a sua profissão, um ano após a obtenção do grau

### 2.8. Situação dos licenciados na sua profissão

A observação da Figura 9 permite, por sua vez, constatar a larga e contínua supremacia dos licenciados que trabalhavam "por conta de outrem" comparativamente com o número daqueles que declaravam trabalhar "por conta própria". Os primeiros atingem o seu valor mais elevado na coorte de 2017, momento em que atingem a fasquia dos 95,8%.

A nossa hipótese é que a opção voluntária pelo "trabalho por conta própria", pelo "auto-emprego" ou pela "constituição de empresas unipessoais" (nomeadamente *startups*), continua a ser minoritária e circunscrita a determinados cursos ou áreas de formação específicas, e, em muitos casos, é assumida como alternativa reativa, ou seja, como uma resposta à impossibilidade de se encontrar trabalho "por conta de outrem".

Se é certo que não dispomos de dados que nos permitam, com rigor, suportar a anterior afirmação, o recurso aos dados obtidos acerca das iniciativas "empreendedoras" dos diplomados da NOVA na coorte de 2014 (os dados acerca deste tema foram apenas recolhidos nessa coorte), revelaram que o número de iniciativas geralmente classificadas como "empreendedoras" era minoritário entre os licenciados, o mesmo sucedendo com os mestres e os doutorados. Até ao momento em que foram inquiridos, apenas 11,5% dos licenciados de 2014 se haviam envolvido na "criação de uma nova empresa ou negócio"; 9,0% na "criação de

um produto ou serviço que originou uma nova empresa ou negócio"; 2,9 % na "abertura de novo consultório ou escritório", e 10,1% na "manutenção de uma empresa ou negócio familiar já existente". É ainda fundamental acrescentar que estes diferentes tipos de iniciativas foram protagonizados, na sua grande maioria, pelos mesmos indivíduos, pois tratava-se de uma resposta de escolha múltipla.

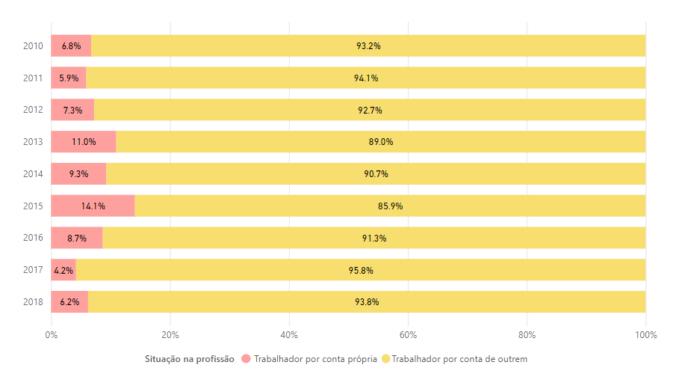


Figura 9. Situação dos licenciados da NOVA na sua profissão, um ano após a obtenção do grau

#### 2.9. Posicionamento dos licenciados face à possibilidade de emigrar

Outro indicador da tendencial melhoria da perceção dos licenciados relativamente ao cenário de emprego encontra-se patente no grau de intensidade com que encaravam a possibilidade de trabalhar no estrangeiro (Figura 10). Com efeito, a percentagem daqueles que viam essa possibilidade como "provável" ou que afiançavam "já ter planos para emigrar nos próximos cinco anos" ultrapassava 40% dos diplomados na coorte de 2012, mas já não ia além de metade desse valor (20,3%) na coorte de 2018.

Para uma melhor apreciação dos dados acerca deste tema impõe-se uma ressalva: dada a dificuldade de inquirir os graduados a residir no estrangeiro, maioritariamente por caducidade dos contactos telefónicos, é muito provável que o contingente de "emigrantes efetivos" (ou seja, o número daqueles que haviam emigrado no momento da inquirição) se encontre subrepresentado.

A recolha de dados acerca da temática emigratória principiou apenas na inquirição de 2012, pelo que não se dispõe de informações para os anos precedentes.

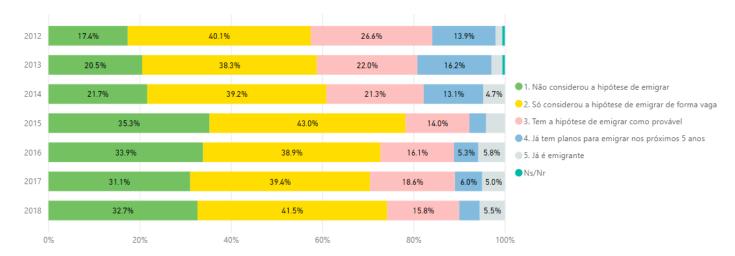


Figura 10. Posicionamento dos licenciados da NOVA (apenas os de nacionalidade portuguesa), no momento em que foram inquiridos, face à possibilidade de emigrar

### 2.10. Percentagens de licenciados que voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino

Para finalizar este périplo sintético pela situação de emprego dos licenciados, importa relembrar que os inquéritos OBIPNOVA têm aproveitado a circunstância de ser aplicados anualmente para aferir, retrospetivamente, o grau de satisfação dos diplomados, quer com o curso, quer com a Unidade Orgânica em que se formaram.

Utilizando-se essa informação, é possível observar, na Figura 11, que a relação dos diplomados com o ciclo de estudos em que se graduaram aparenta, na sua grande maioria, ser positiva, seja qual for a coorte. Em 2018 atinge mesmo o número recorde de 84,7%, corolário dos valores sempre superiores a 80% registados nas últimas quatro coortes.

É possível que a melhoria relativa das oportunidades de emprego seja um dos elementos que explica o aumento destas avaliações positivas, se bem que não seja o único, nem forçosamente o mais relevante. Múltiplos aspetos, nomeadamente de natureza pedagógico-científica, poderão concorrer para este balanço favorável.

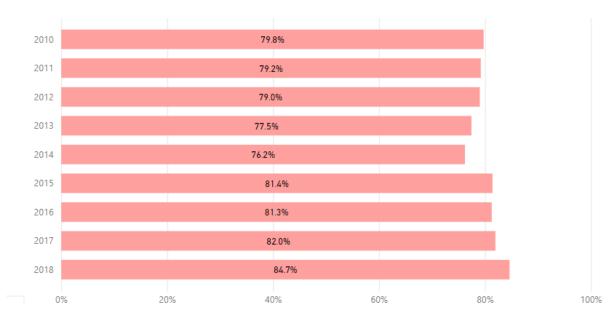


Figura 11. Percentagem de licenciados da NOVA que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos

Na Figura 12, constata-se que a relação dos licenciados com o estabelecimento de ensino é ainda mais satisfatória. Em qualquer das coortes, o grupo dos inquiridos que afirmam que escolheriam o mesmo estabelecimento de ensino é igual ou superior a 87,9%, ultrapassando os 90% nas duas últimas coortes.

Se adicionarmos os dados referentes à avaliação da Unidade Orgânica com os respeitantes à avaliação do Ciclo de Estudos, observamos que as tendências apontam no sentido de uma melhoria da perceção dos diplomados em três dos últimos quatro anos analisados, comparativamente com a que é expressa pelos licenciados das primeiras cinco coortes da década.

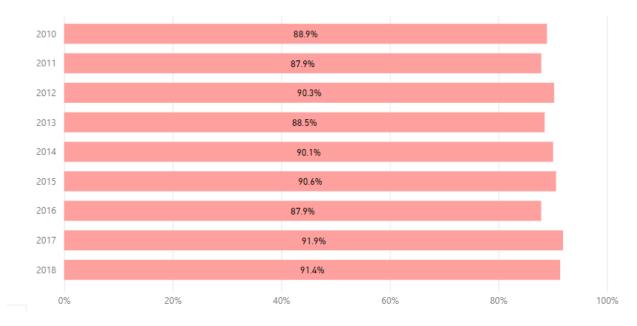


Figura 12. Percentagem de licenciados da NOVA que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino

Em jeito de adenda, e antes de nos atermos na situação dos mestres, importa chamar a atenção para o facto dos dados apresentados nas figuras 11 e 12 conterem limitações enquanto indicadores de avaliação do curso e da escola, pois se a resposta afirmativa traduz um indubitável balanço positivo, a resposta negativa não expressa, necessariamente, uma avaliação desfavorável, podendo apenas significar que outros cursos ou estabelecimentos nacionais ou estrangeiros mereceriam a preferência dos diplomados, sem que isso signifique uma perceção negativa da escola e do curso que frequentaram. Esta constatação reforça ainda mais, a apreciação favorável que os diplomados produzem da sua formação.

### 3. Mestres

### 3.1. Situação perante a atividade dos mestres

Até à coorte de 2016, a evolução da situação dos mestres perante o trabalho é idêntica à dos licenciados, mas os resultados são francamente mais positivos, sobretudo no que respeita à percentagem de empregados. A divergência maior em comparação com os licenciados tem lugar na coorte de 2018, ano em que a percentagem de empregados que junto dos licenciados não vai além de 43,5%, atinge entre os mestres o valor ímpar de 92% (já havia ultrapassado a fasquia dos 90% em 2017). Em 2017 e 2018, a proporção de empregados supera mesmo a de 2010. Confirmando esta tendência, o desemprego baixou para percentagens inferiores a 2%, tanto em 2017, como em 2018.

Por fim, a percentagem de inativos aproximou-se, em 2017 e 2018, dos valores anteriores a 2015, interrompendo-se assim a subida excecional e abrupta da inatividade observada em 2015 e 2016.

Os valores apurados, muito em especial os de 2017 e 2018, expressam, no fundo, de forma enfática, a recuperação registada depois do "período de resgate", instante em que a crise económico-financeira se acentuou.

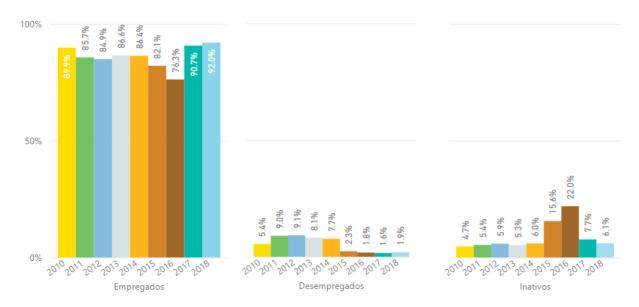


Figura 13. Situação perante a atividade dos mestres da NOVA, um ano após a obtenção do grau

### 3.2. Percentagem de mestres que prosseguiam estudos

Como se pode observar na Figura 14, a percentagem de indivíduos que, após conclusão do mestrado, prosseguiam estudos, ora em outras licenciaturas, ora em pós-graduações, ora ainda em doutoramentos, reduziu-se em 2017 e 2018, depois de ter aumentado nos dois anos anteriores. No entanto, o crescimento de estudantes entre os inativos (isto é, a proporção dos indivíduos que estudavam entre aqueles que não trabalhavam nem procuravam trabalho) não cessou de aumentar.

Relativamente ao crescimento dos estudantes no seio dos inativos, é possível discernir duas fases: uma primeira, até 2014, em que apenas entre um quarto e um quinto dos inativos prosseguiam estudos; e uma segunda, a partir de 2015, em que o número de mestres que continuavam a estudar se foi aproximando de metade do total, ultrapassando-a em 2018, momento em que se fixou nos 52,1%.

Para a explicação do elevado acréscimo dos inativos-estudantes concorrerão vários aspetos. De entre eles destacamos a alteração do perfil dos estudantes de mestrado que se foi verificando, de forma progressiva, a partir da introdução do modelo de Bolonha. Se numa primeira fase da década deparávamos com um número elevado de alunos de mestrado que havia concluído as licenciaturas num modelo Pré-Bolonha (com idades superiores às dos atuais estudantes de mestrado, e que, em muitos casos, já trabalhava quando se inscreveu no 2.º Ciclo), o perfil dos atuais estudantes juvenilizou-se, intensificando-se a disposição para se realizar o mestrado sem se desenvolver ou procurar trabalho remunerado.

Podemos, é certo, questionar se aqueles que continuaram a estudar sem procurar trabalho o fizeram em resultado de uma "livre opção pessoal" ou por pressentirem dificuldades acrescidas na obtenção de uma atividade que corresponda às suas expetativas. A resposta é difícil, pois, além de variar de indivíduo para indivíduo, envolve uma decisão que inclui fatores diversos, conjugados de forma complexa - o estado real das oportunidades no mercado de trabalho e a perceção dessas oportunidades e condicionantes são apenas dois dos elementos intervenientes na decisão, mas não a esgotam. Se considerarmos, porém, que todos os indicadores apontam no sentido de uma melhoria da situação dos mestres a partir de 2014, somos conduzidos à hipótese de que, tanto o acréscimo do número de inativos estudantes que se verifica nas coortes de 2017 e 2018 (Fig. 14), como o incremento do número de inativos que se observa nas de 2015 e 2016 (Fig. 13), não se ficarão tanto a dever a uma deterioração das chances gerais de ingresso no mercado de trabalho, mas mais a fatores de natureza volitiva para a determinação dos quais seriam necessários mais dados, nomeadamente de cariz qualitativo.



Figura 14. Percentagem de mestres da NOVA que prosseguiam estudos noutra licenciatura, pós-graduação, mestrado ou doutoramento

### 3.3. Proporção de bolseiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de mestres

Procurando aferir-se agora o peso que as bolsas de investigação ou de doutoramento assumiam ao longo de todo o período, há a destacar dois dados essenciais (Figura 15). O primeiro é o de que foi marcado por uma quebra notória das bolsas atribuídas nas coortes de 2014 e 2016, tanto em valores percentuais quanto absolutos. O segundo é o de que o valor de 2018 (8,3%) não igualou a percentagem de bolseiros de 2010, ano em que beneficiavam de bolsas de doutoramento ou de investigação 14,4% da totalidade dos mestres. Na verdade, o número de bolsas foi muito próximo naqueles dois anos (197 em 2010, e 191 em 2018), o que cresceu sim, de forma significativa, foi o número de mestres que praticamente duplicou.

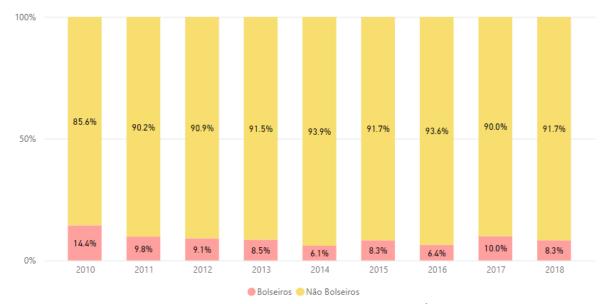


Figura 15. Proporção de bolseiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de mestres

### 3.4. Taxas de Emprego e Desemprego dos mestres e número de mestres inscritos em centros de emprego para procurar um emprego

Tendo em mente os dados que reportámos acerca da situação perante a atividade, é sem surpresa que deparamos com dois períodos bem distintos no que diz respeito às taxas de emprego e de desemprego (Figura 16).

Num primeiro momento (2011-2014), marcado pela crise económica e financeira, as taxas de desemprego elevam-se acompanhadas por um grande aumento da percentagem dos mestres que um ano após a obtenção do diploma se encontravam inscritos nos Centros de Emprego – o valor destes últimos atingiu um pico de 13,8% entre os diplomados de 2012. O segundo instante, iniciado em 2015, é pautado por uma recuperação muito acentuada, a ponto de se ter reduzido, em cerca de três quartos, quer as taxas de desemprego, quer a percentagem de indivíduos inscritos em Centros de Emprego.

A observação das taxas de emprego permite-nos, por sua vez, revelar outra tendência. Esta diz respeito apenas ao período 2015-2018. Como se pode constatar, nos primeiros dois anos do referido quadriénio a taxa de emprego conhece os valores mais baixos da década (82,1% em 2015 e 72,3% em 2016), ao passo que em 2017 e 2018 ascende aos seus valores mais elevados (90,7% em 2017 e 92% em 2018). Ora, esta situação demonstra bem que nas coortes de 2015 e 2016 a redução do desemprego se encontrava fortemente relacionada com o aumento da inatividade, ao passo que nas de 2017 e 2018 a redução do desemprego se ficou já a dever ao aumento do número de indivíduos empregados.

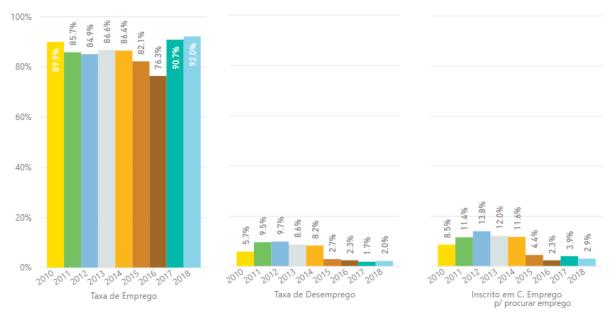


Figura 16. Taxas de Emprego e Desemprego (calculadas segundo os critérios do INE) e número de inscritos em centros de emprego para procurar um emprego, dos mestres da NOVA, um ano após a obtenção do grau

### 3.5. Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos mestres

A observação dos níveis de "ajustamento vertical" (Figura 17) e "horizontal" (Figura 18), para a determinação dos quais se adotaram procedimentos iguais aos utilizados junto dos licenciados (cf. p. 11), suscita-nos uma leitura otimista. Embora seja frequente escutar-se que a melhoria nos indicadores de emprego entre diplomados seria justificada por uma degradação da qualidade do mesmo, tudo indica que tal não se verifica, pelo menos no caso dos mestres da NOVA. Os níveis de ajustamento vertical, que foram elevados durante toda a década, aumentaram ainda ligeiramente na última coorte, sobretudo em comparação com as de 2012 e 2013. Em 2018, 96,4% dos mestres encontravam-se numa situação profissional que podemos classificar como de "ajustamento vertical".

Mas é no caso do "ajustamento horizontal" que a tendência de melhoria registada nos últimos anos se torna mais vincada: a percentagem de indivíduos que indicam que a atividade profissional se encontrava ajustada à área científica de formação aproximava-se muito dos 88%, nas coortes de 2017 e 2018, quando não ia além dos 80% em 2012 e 2013. Tudo se passa, portanto, como se a degradação da "situação perante o trabalho" (traduzida no aumento das taxas de desemprego) registada no período de intensificação da crise económico-financeira, tivesse coincidido também com uma degradação da qualidade do mesmo.

Como é possível observar-se nas Figuras 17 e 18, os ajustamentos vertical e horizontal atingiram níveis ímpares em 2015 e 2016, superando, em ambos os indicadores, os 90%. Confrontadas com estas duas coortes, a de 2017 registou mesmo um ligeiro retrocesso. O ajustamento especialmente elevado verificado em 2015 e 2016 pode ser interpretado de diversos modos, mas é possível que, também ele possa estar relacionado com o forte aumento da inatividade registado naqueles dois anos. Com efeito, se o volume de ofertas de emprego e a qualidade das mesmas se mantiver estável, a redução do número de diplomados empregados irá ter um impacto positivo nas taxas de ajustamento vertical e horizontal, pois é razoável presumir-se que são aqueles cuja situação de ingresso no mercado de trabalho é menos vantajosa quem tenderá a permanecer, durante mais tempo, em inatividade.

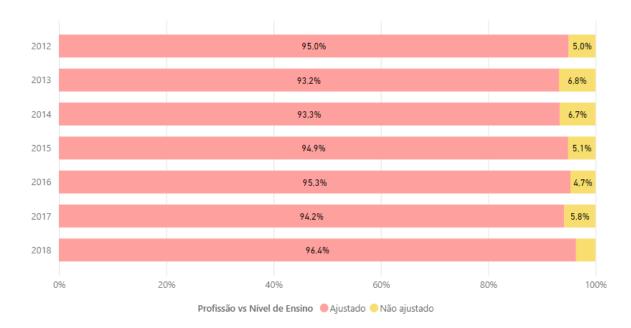


Figura 17. Ajustamento entre a atividade profissional e o nível de instrução dos mestres da NOVA, um ano após a obtenção do grau

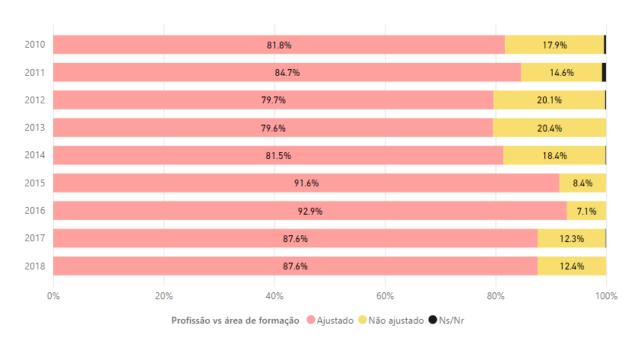


Figura 18. Ajustamento horizontal declarado entre a atividade profissional e a área científica de formação dos mestres da NOVA, um ano após a obtenção do grau

#### 3.6. Níveis médios de remuneração líquida dos mestres

Na linha da advertência que havíamos produzido a propósito dos licenciados, importa reforçar que o rendimento mensal constitui um dado especialmente delicado de obter. Os inquiridos não têm muitas vezes presente o valor exato do seu rendimento mensal líquido (também ele variável), além de, em alguns casos, terem alguma reserva em declará-lo com exatidão. Não é, pois, correto produzirem-se conjeturas a partir da comparação entre valores muito próximos, devendo, tão-só, assinalar-se as principais tendências evolutivas. Tendo esta salvaguarda em mente, é possível referir-se que a melhoria registada nas últimas quatro coortes é também reforçada pelos indicadores de rendimento (Figura 19). De facto, em resultado da diminuição da carga fiscal direta, conjugada com o aumento de alguns salários, o rendimento médio líquido que se havia contraído, chegando a aproximar-se muito dos 1000 euros na coorte de 2014, sofre uma recuperação nos anos seguintes, de tal forma, que em 2018 as remunerações médias líquidas ultrapassavam em 169 euros as registadas em 2014.

O facto de os rendimentos médios declarados na coorte de 2015 serem superiores aos de qualquer outra, nomeadamente das três mais recentes, torna-se difícil de interpretar. A hipótese que avançamos é a de que também ele poderá estar parcialmente relacionado com a elevada taxa de inatividade registada naquele ano. Se são os indivíduos que se deparam com ofertas de trabalho caracterizadas por piores remunerações quem terá mais tendência a adiar a entrada no mercado de trabalho, então o aumento da inatividade repercutir-se-á igualmente no aumento das remunerações médias.

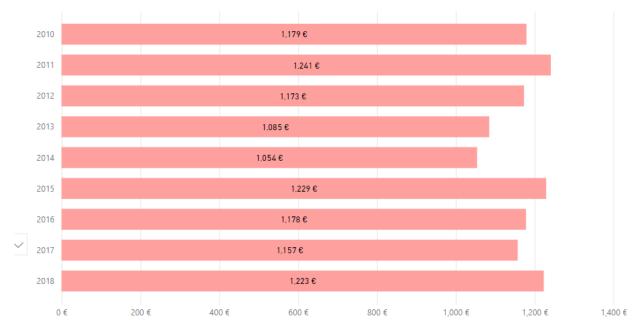


Figura 19. Níveis médios de remuneração líquida dos mestres da NOVA, um ano após a obtenção do grau

### 3.7. Natureza jurídica da entidade empregadora dos mestres

À semelhança, do que acontece entre os licenciados, mas no caso dos mestres de forma contínua e inapelável, verifica-se uma constante perda de importância do "setor público" enquanto setor empregador (Figura 20). Como se pode observar, a *Administração Pública* em conjugação com o conjunto das *Empresas Públicas e Mistas* era responsável pelos postos de trabalho de mais de metade daqueles que obtiveram os diplomas em 2010 (51%), mas na coorte de 2018 o somatório desses dois setores já não abarca mais do que um quarto do emprego total (27%).

Contrariamente, o crescimento do "setor privado" torna-se permanente: se era já responsável pela maioria dos empregos da coorte de 2012, na de 2018 atinge a percentagem mais elevada, passando a acolher 71,4% dos diplomados.

A categoria formada pelas ONG, IPSS e Fundações, que vê o seu peso relativo oscilar, entre a manutenção e a redução, ao longo do período, atinge o seu valor mais baixo em 2018, coorte em que não representa sequer 1% do total.

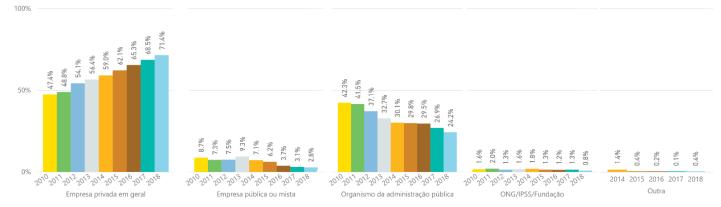


Figura 20. Natureza jurídica da entidade empregadora dos mestres da NOVA, um ano após a obtenção do grau

#### 3.8. Situação dos mestres na sua profissão

No que respeita à situação na profissão, o cenário dos mestres não difere do dos licenciados, a não ser no sentido de se verificar uma ainda maior proeminência do peso dos "trabalhadores por conta de outrem" (Figura 21). Este oscila, ao longo dos 9 anos, entre um mínimo de 94,1%, em 2012, e um máximo de 97%, em 2018.

É curioso verificar que, em contraponto com o fomentado em vários discursos e iniciativas promotoras do empreendedorismo e do auto-emprego, não só a proporção de trabalhadores "por conta própria" não tem aumentado, como atinge o seu ponto mais baixo na última coorte analisada.

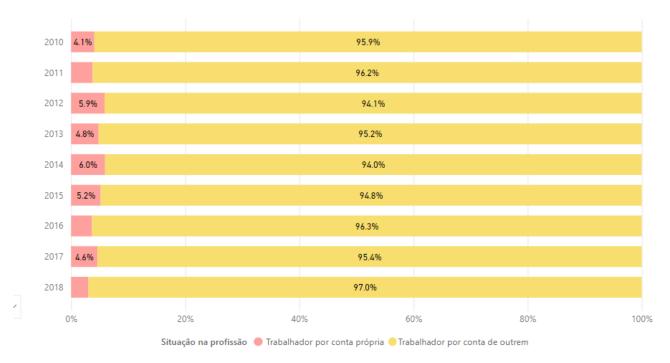


Figura 21. Situação dos mestres da NOVA na sua profissão, um ano após a obtenção do grau

### 3.9. Setores de atividade em que os mestres exercem a sua profissão

Se procurarmos avaliar o modo como os mestres se distribuem pelos diversos setores de atividade (Figura 22), importa começar por referir que a sua situação se distingue radicalmente da que testemunhámos junto dos licenciados, o que acontecerá, tanto por efeito do nível de instrução, como pela natureza dos cursos – é preciso não esquecer que fazem aqui a sua aparição os diplomados dos mestrados integrados de Ciências Médicas e das Engenharias.

O sector dos *Serviços prestados* às *empresas* foi sempre dominante, com exceção do longínquo ano de 2010, no qual o setor da *Educação* ainda predominava, e de 2015, momento em que foi ultrapassado pelo da *Saúde e a Ação Social*. No entanto, a partir de 2016, os serviços às empresas voltam a assumir um ascendente claro, correspondendo, em 2018, a um terço do total (34,8%)

A *Banca* e os *Seguros*, setor que se havia expandido de forma notória em 2015 e 2016, sofre novo recuo a partir daí, o mesmo sucedendo com a área do *Comércio*, *Restaurante e Hotéis*. Esta última, que nunca chegou a assumir um peso relevante, ao contrário do que sucedeu entre os licenciados, cresceu a partir da coorte de 2012, mas voltou a cair nos últimos dois anos, a ponto de não compreender, em 2018, mais do que 3,9% do universo global.

Por seu turno, dois setores estreitamente ligados ao Estado – o da *Educação* e o dos *Serviços Artísticos e Culturais* – vêm sofrendo perdas percentuais. De ambos, a *Educação* é o que mais se afunda, registando um

recuo drástico da coorte de 2010 para a de 2011, retração que prossegue depois, de modo mais brando, para se voltar a intensificar na coorte de 2018. A queda do setor educativo levou a que, de setor número um na coorte de 2010 (momento em que perfazia 27% do total), caísse para o quarto lugar a partir de 2016. Em 2018 já não representava mais do que 7,5% do emprego dos mestres da NOVA. Mas no contexto do emprego público em nenhum outro setor o declínio se torna tão notório quanto no da *Administração Pública (Central e Local)*. Se este setor eminentemente estatal chegou a representar 8,1% em 2011, não ia já além de 1,3% em 2018.

A importância dos demais setores irá oscilar ao longo da década sem que se note uma tendência clara de aumento ou recuo. Merece destaque, pela sua importância, a *Saúde e Ação Social*, que se irá posicionar, estável, no segundo lugar, desde 2012, ou seja, nos últimos sete anos.

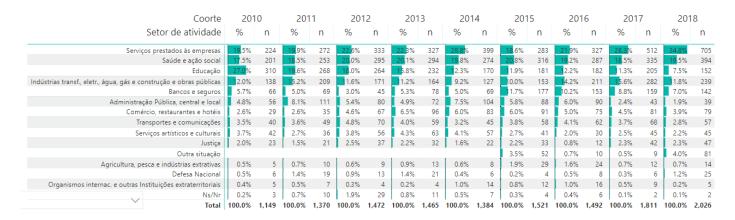


Figura 22. Setores de atividade em que os mestres da NOVA exercem a sua profissão, um ano após a obtenção do grau

#### 3.10. Posicionamento dos mestres face à possibilidade de emigrarem

Consideremos agora os dados respeitantes ao posicionamento dos mestres face à possibilidade de emigrarem (Figura 23).

Desde logo constata-se que, na coorte de 2012, aquela que, em resultado da crise económica e financeira, expressava intenções emigratórias mais fortes, só um quarto dos indivíduos (24,4%) afirmava "não ter considerado a hipótese de emigrar". Esse número é bem sintomático de uma situação de desesperança, à época especialmente intensa, se bem que aqueles que, ou "por já terem emigrado", ou por declararem "ter planos para emigrar nos próximos 5 anos", ou ainda "por verem a possibilidade de emigrar como muito provável", mais próximos se encontravam de concretizar esse propósito, não atingisse um terço do total (31,1%). A intenção emigratória vai depois decaindo, progressivamente, até ao ano de formatura de 2016, momento em que aqueles que já haviam emigrado ou que pareciam ter desejos ou mesmo planos concretos de transferência para o estrangeiro, não perfaziam, no seu somatório, mais de 13,4%.

Depois de 2012, é possível descortinar duas fases: uma primeira onde a manifestação da disposição emigratória foi diminuindo, e que coincide, de forma direta, com o abrandamento da crise económica e das políticas de austeridade. Tal redução não pode, portanto, deixar de ser interpretada como resultado de uma melhoria progressiva das expetativas dos mestres em matéria de emprego. O segundo momento, que corresponde às duas últimas coortes, é marcado por novo acréscimo das intenções emigratórias, se bem que inferior ao registado no triénio 2012-2014. Cremos que este aumento da disposição, por assim dizer, contracíclica para se emigrar, verificado entre os diplomados de 2017 e 2018, inclui certamente o intensificar da perceção de que a situação profissional pessoal pode beneficiar com uma saída de Portugal, mas não é, porém, redutível a este aspeto. Os motivos para se emigrar podem ser vários, nomeadamente a melhoria da situação profissional de algum familiar, nomeadamente do(a) companheiro/a, ou razões extra laborais, como, por exemplo, os desejos de obter novas experiências, de viajar, de estudar no estrangeiro, etc.

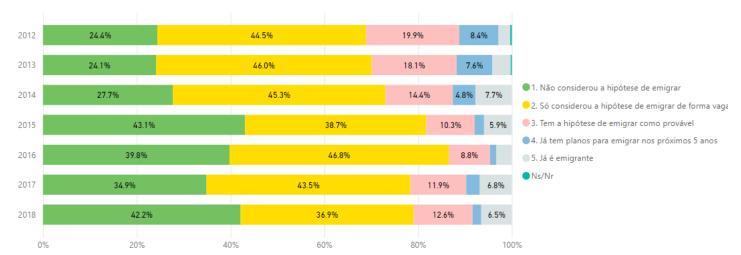


Figura 23. Posicionamento dos mestres da NOVA (apenas de nacionalidade portuguesa), no momento em que foram inquiridos, face à possibilidade de emigrar

### 3.11. Percentagem de mestres que voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino

Por fim, as declarações de que se escolheria o mesmo ciclo de estudos (Figura 24) e a mesma escola (Figura 25) são também muito elevadas entre mestres, ultrapassando, inclusive, as expressas pelos licenciados.

A intenção de escolha do mesmo estabelecimento de ensino foi sempre superior a 90% ao longo das nove coortes contempladas. Merece especial destaque e exame atento a coorte de 2016, pois, registou valores especialmente elevados. No ano de 2016, a intenção de escolha do mesmo curso ultrapassou os 90%, e a seleção da mesma escola atingiu surpreendentes 95,8%. Ou seja, apenas menos do que um indivíduo em vinte não escolheria a mesma Faculdade/Instituto.

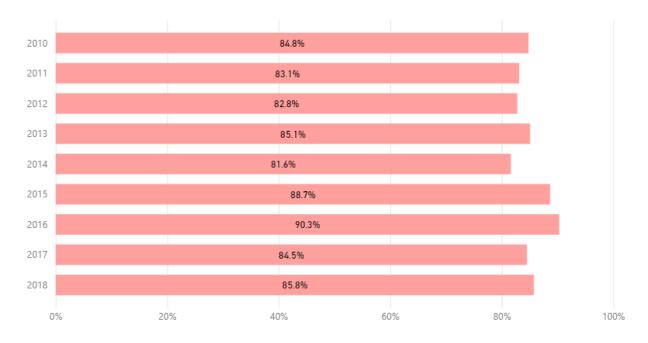


Figura 24. Percentagem de mestres da NOVA que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos

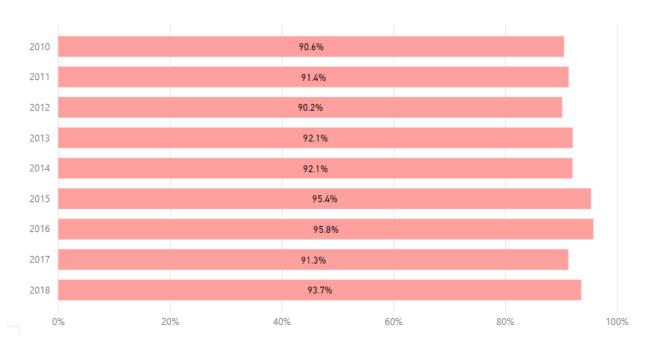


Figura 25. Percentagem de mestres da NOVA que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino

### 4. Doutores

### 4.1. Situação perante a atividade dos doutorados

A situação dos doutorados perante a atividade apresenta diferenças significativas em relação à dos mestres, e disparidades muito profundas relativamente à dos licenciados. A mais relevante diz respeito à percentagem de inativos. Contrariamente ao observado nos dois níveis de ensino anteriores, os inativos não sofreram qualquer aumento nas coortes de 2015 e 2016, mantendo-se em números que não ultrapassam os 4% em 2017 e 2018.

A coorte de 2012 foi aquela que ao fim de um ano se encontrava em maiores dificuldades, com um número de desempregados a atingir a fasquia dos 9,1%, e de inativos a situar-se na casa dos 6,3%. O cenário mantevese, com níveis elevados, tanto de desemprego, como de inatividade, em 2013 e 2014.

A partir de 2015 o panorama melhorou nitidamente, com a percentagem de indivíduos empregados a ultrapassar, nesse ano e nos seguintes, os 90%.

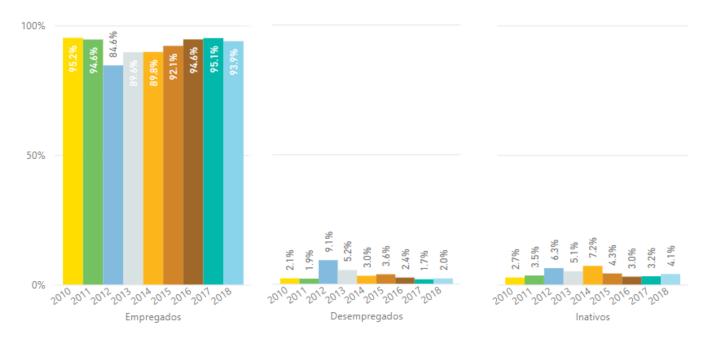


Figura 26. Situação perante a atividade dos diplomados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

### 4.2. Percentagem de doutorados que prosseguiam estudos

No que concerne ao prosseguimento de estudos, a percentagem de doutorados que afirmava continuar a estudar teve sempre uma expressão considerável, pelo menos desde 2010, chegando a perfazer, em certas coortes, um quarto do total, e chegando a ultrapassá-lo em 2012. A esmagadora maioria desses diplomados estudantes realizavam pós-doutoramentos, situação que parte deles considerava ambivalente, em virtude de conjugar estudo e trabalho.

Apenas em 2016, e de forma residual em 2012, deparamos com indivíduos desempregados que continuavam a estudar. A percentagem inédita de 27,4% de diplomados que, em 2016, se encontravam na situação de desempregados-estudantes não deve ser excessivamente empolada, pois, em termos absolutos, corresponde apenas à extrapolação de uma única resposta.



Figura 26. Percentagem de doutorados da NOVA que prosseguiam estudos

### 4.3. Proporção de bolseiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de doutorados

Se nos questionarmos agora acerca da importância que as bolsas de investigação e de pós-doutoramento adquiriam na formação do emprego dos doutorados, verificamos que ela é pouco significativa, correspondendo, na coorte mais recente, a menos de um décimo do total (Figura 28). Em todo o caso, o aspeto mais saliente é sem dúvida o de que a proporção de doutorados que possuíam bolsas tem vindo a decrescer de forma acelerada todos os anos, com breve interrupção da curva descendente nas coortes de 2012 e de 2017: de um máximo de 44,1% de doutorados que dispunham de bolsa na coorte de 2010, atingiu-se um mínimo de 7,8%, em 2018.

Para o incremento extraordinário das bolsas verificado na coorte de 2017 – importa aqui relembrar que nos reportamos à situação de todas as coortes um ano após a sua diplomação, o que corresponde na coorte de 2017 ao ano de 2018 -, é bem provável que tenha contribuído a não abertura em 2017 de concursos para a atribuição de Bolsas de Pós-Doutoramento pela FCT. Ou seja, o aumento verificado em 2017 resulta do contraste com o ano de 2016; não parece inaugurar uma nova tendência de aumento real do número de bolsas facultadas aos diplomados da NOVA. Basta observar que o número de bolsas atribuídas em 2017 foi claramente inferior ao das concedidas em qualquer dos anos de 2010 a 2014.

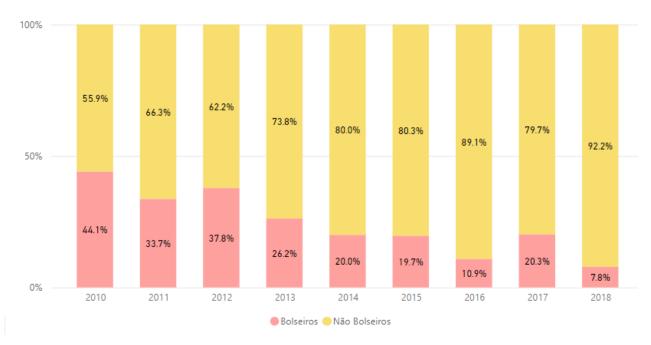


Figura 27. Proporção de bolseiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pósdoutoramento no total de doutorados da NOVA

# 4.4. Taxas de Emprego e Desemprego dos doutorados e número de doutorados inscritos em centros de emprego para procurar um emprego

Os dados anteriores deixavam facilmente prever as taxas de emprego e desemprego com que deparamos na Figura 29. No ano mais recente, de 2018, a taxa de emprego ultrapassou, de forma clara, os 90%, enquanto a de desemprego não foi além de 2,1%. Este último indicador coincide com o número igualmente muito baixo de indivíduos dessa coorte que se encontravam inscritos em Centros de Emprego a fim de procurarem trabalho: 1,1%.

Mas importa não esquecer que a taxa de desemprego dos doutorados chegou a tanger os 10% na coorte de 2012, mesmo com o número de 6,3% de inativos registado nesse ano. A percentagem de inscritos em Centros de Emprego era cinco vezes superior, nessa data, à observada em 2018 (Figura 29).

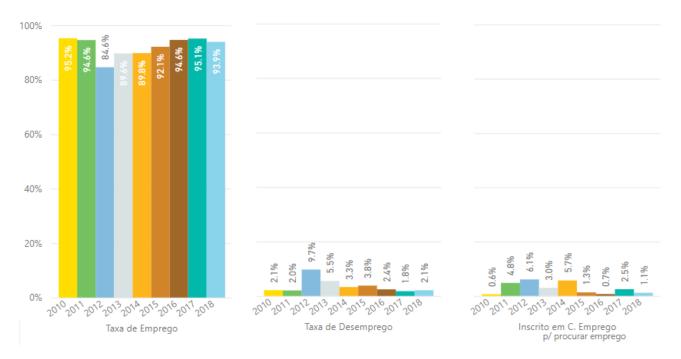


Figura 28. Taxas de Emprego e Desemprego (calculadas segundo os critérios do INE) e número de inscritos em centros de emprego para procurar um emprego, dos doutorados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

### 4.5. Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos doutorados

Os níveis de "ajustamento vertical" (Figura 30) e de "ajustamento horizontal" (Figura 31) continuam a manter-se bastante elevados em 2018 (respetivamente 100% e 90,9%), nada indicando terem decrescido ao longo dos nove anos analisados. Na realidade, os níveis de "ajustamento horizontal" parecem mesmo ter registado melhorias nos quatro últimos anos inquiridos, comparativamente com os cinco primeiros da década, com exceção da coorte de 2012 que conheceu níveis ímpares de ajustamento, quer vertical, quer horizontal.

Na mesma linha do que foi referido a propósito dos mestres, colocamos a hipótese de o ajustamento particularmente elevado registado em 2012 ser, em larga medida, um resultado paradoxal do aumento da inatividade verificado nesse ano. Com efeito, em linha com o que vimos defendendo, cremos que serão os indivíduos que se encontram numa situação laboral claramente inferior às suas expetativas os mais propensos a suspender ou a adiar a sua inscrição no mercado de trabalho. Eventualmente, será também essa uma das razões que explica o ligeiro incremento da remuneração média da coorte de 2012 quando confrontada com as registadas em qualquer das primeiras cinco coortes (2010-2015).

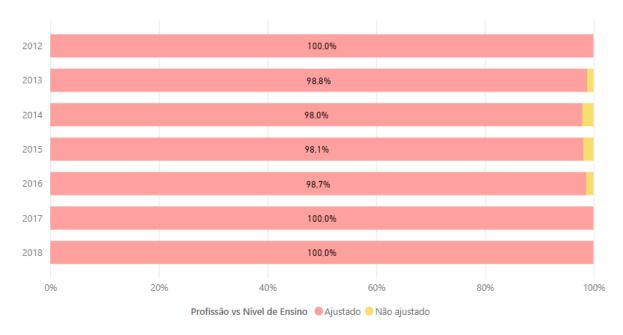


Figura 29. Ajustamento entre a atividade profissional e o nível de instrução dos doutorados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

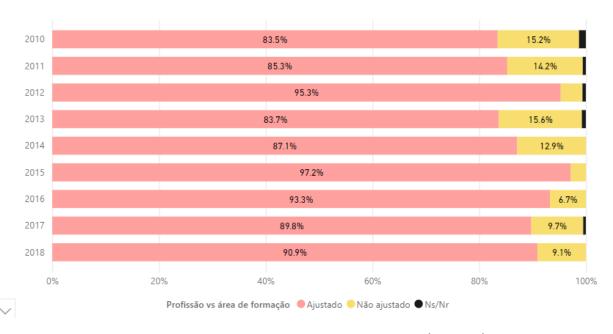


Figura 30. Ajustamento declarado entre a atividade profissional e a área científica de formação dos doutorados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

### 4.6. Níveis médios de remuneração líquida dos doutorados

Ao contrário do que sucede com os licenciados e mestres, os níveis de rendimento parecem ter sido marcados por uma considerável estabilidade (Figura 32). O aumento súbito e assinalável das remunerações médias na coorte de 2015, "normalizado" em baixa na coorte imediatamente a seguir, ter-se-á ficado a dever a um forte crescimento de doutorados da área da *Saúde*, setor com remunerações comparativamente mais elevadas.

Mas o dado fundamental a salientar é o de que as médias remuneratórias dos doutorados foram sempre muito superiores às observadas nos dois níveis de formação anteriores. Em 2018, essas remunerações eram em 502 euros mais altas dos que as dos mestres e em 785 euros do que as aos dos licenciados. Para a explicação destas disparidades concorrem não apenas o género de profissões sobrerrepresentadas entre indivíduos com o doutoramento - é o caso das profissões médicas e dos indivíduos inscritos na carreira docente universitária -, mas também as médias etárias dos indivíduos que concluíram o 3.º Ciclo. Estas são, em qualquer das coortes, superiores a 40 anos, ao passo que não ultrapassam os 28 no caso dos mestres e os 24 no dos licenciados. Naturalmente, a média etária encontra-se associada ao tempo de permanência no mercado de trabalho, o que se repercute, por sua vez, nos patamares remuneratórios alcançados.



Figura 31. Níveis médios de remuneração líquida dos doutorados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

### 4.7. Natureza jurídica da entidade empregadora dos doutorados

Focalizando agora a atenção na natureza jurídica das entidades nas quais os doutorados exerciam a sua atividade (Figura 33), verificamos que o peso do emprego no Estado é bastante superior àquele com que deparamos junto dos mestres e licenciados. No entanto, o padrão evolutivo é semelhante, pois, também entre os doutorados se observa até à coorte de 2017, se bem que com flutuações, um aumento claro do emprego em empresas privadas. Este situava-se em 23,1% na coorte de 2018, enquanto em 2010 não ultrapassava 14,6%. Em paralelo, a percentagem de indivíduos empregados no setor público vai-se pouco a pouco reduzindo, embora no caso dos doutorados tal declínio se verifique apenas até 2016.

Em 2017 e 2018 o peso dos *Organismos da Administração Pública* na formação do emprego volta a subir de forma significativa, embora se mantenha longe dos valores que assumiu até à coorte de 2013 (aumento que, como se observa Figura 34, resulta, em larga medida, do aumento de importância do número de doutorados a desenvolver a sua atividade no setor da *Saúde e Ação Social*). No entanto, a situação é distinta entre aqueles dois anos. Em 2017 o aumento da percentagem de empregados nos *Organismos da Administração Pública* não coincidiu com qualquer quebra do emprego nas empresas privadas, pois, como se pode observar, este último conheceu nesse ano o seu maior crescimento (32,4%). Já em 2018, a proporção do emprego nas empresas privadas cai efetivamente e de forma significativa para 23,1%. Trata-se de uma quebra que não resulta, contudo, de um aumento do emprego na Administração Pública, que se mantém praticamente idêntico em 2017 e 2018, mas antes de um acréscimo do peso das ONG, IPSS e Fundações. De facto, ao contrário do que sucede com os licenciados e mestres, a importância das ONG, IPSS e Fundações assume em 2018 o valor, em nada despiciendo, de 6,7%. É possível que assuma algum significado na importância desse setor a transição de algumas entidades do ensino superior público para o regime fundacional, entre as quais a se conta a própria NOVA.

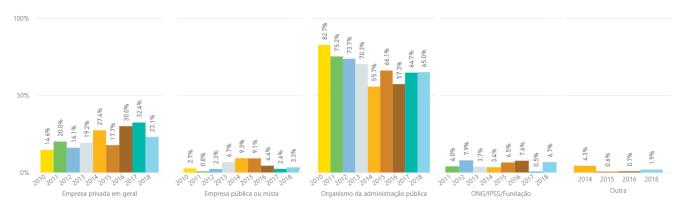


Figura 32. Natureza jurídica da entidade empregadora dos doutorados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

#### 4.8. Setores de atividade em que os doutorados exercem a sua profissão

Os dados relativos à importância do emprego por setores de atividade são aqui especialmente relevantes, em virtude de contribuírem para esclarecer a natureza da alteração da estrutura de emprego responsável pela perda de importância do setor público, a que atrás aludimos.

Como se pode observar (Fig. 34), trata-se de uma perda que se fica acima de tudo a dever à quebra vigorosa do Setor da *Educação*, que foi tendo lugar, sobretudo, a partir da coorte de 2014, a ponto de em 2017 e 2018 o setor educativo ter passado a representar menos de metade do emprego total. Não é de mais sublinhar este dado, uma vez que constitui um elemento essencial na mudança do perfil de emprego típico dos doutorados, até a um passado bastante recente.

Com efeito, o OBIPNOVA dispõe de dados acerca de duas coortes mais recuadas que não figuram no presente relatório - 2005 e 2009. Dessas informações, é possível extrair a ideia de que o peso dos doutorados a trabalhar na *Educação* era, nesses anos remotos, absolutamente hegemónico, a ponto de facilmente se poder afirmar que a realização de um doutoramento por indivíduos que não fossem docentes do ensino superior, ou investigadores, constituía uma situação rara - a realização de uma tese de doutoramento e a carreira universitária andavam, por assim dizer, a par.

Mas se a queda da *Educação* é acentuada e constante, devemos então indagar-nos acerca de quais os setores responsáveis pelo acréscimo da importância dos Organismos da Administração Pública registado em 2017 e 2018 e também em 2015. Ora é possível constatar que ele não se deve, nem a um crescimento dos doutorados a trabalhar no sector da *Administração Pública Central e Local*, nem a um aumento no *Serviços Artísticos Culturais*, nem sequer na *Justiça* ou na *Defesa* – o incremento parece fica a dever-se, quase por inteiro, à área da *Saúde e Ação Social*.

Digno de realce é também o facto de, apesar do ascendente do setor da *Saúde*, e apesar do declínio, da *Educação*, os doutorados da NOVA se encontrarem progressivamente disseminados por um leque mais amplo de setores – Justiça; *Transportes e Comunicações* e *Indústrias Transformadoras, Eletricidade, Água, Gás, Construção e Obras Públicas* (o último setor sofreu um acréscimo de importância significativo na coorte de 2017, chegando a representar 12% do total). Aparece também, praticamente pela primeira vez, em 2014, o *Setor da Banca e Seguros*, que assume imediatamente um peso notável entre os anos de diplomação de 2014 e 2016, embora volte a declinar nas coortes de 2017 e 2018.

Das informações apresentadas, tudo indica que a redução de emprego no setor privado registada entre os doutorados de 2018 se tenha ficado a dever a um decréscimo do número daqueles que se encontravam empregados nas áreas dos *Transportes* e *Comunicações*; das *Indústrias Transformadoras*, *Eletricidade*, Água, Gás, Construção e Obras Públicas e da Banca e Seguros.

Merece, por fim, menção o número extremamente reduzido de doutorados a prestar serviços na área do *Comércio, Restaurante e Hotéis*, pois este setor não empregava, na coorte de 2018, qualquer doutorado da NOVA. O contraste com o cenário observado junto dos mestres, mas em especial dos licenciados, era neste aspeto, radical.

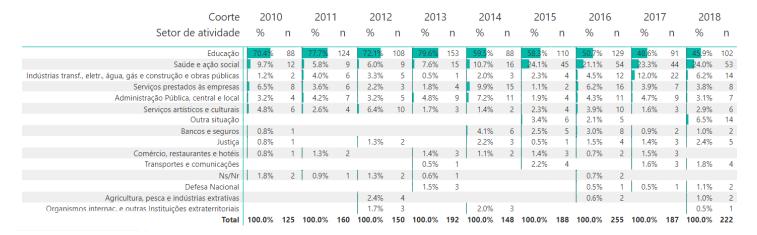


Figura 33. Setores de atividade em que os doutorados da NOVA exercem a sua profissão, um ano após a obtenção do grau

### 4.9. Situação dos doutorados na sua profissão

Quando se trata de analisar a "situação dos doutorados na profissão" (Figura 35), observamos que esta se aproxima, do ponto de vista evolutivo, da registada entre os dois níveis de instrução anteriores, semelhança que se manifesta a dois níveis: em primeiro lugar, a percentagem do trabalho por "conta de outrem" é claramente hegemónica; em segundo, o "trabalho por conta própria" é maior junto das coortes de 2011, 2012 e 2013, precisamente aquelas que iniciaram a sua atividade profissional nos anos mais marcados pela crise económica, voltando a reduzir-se em 2014 e 2015 (no caso dos licenciados e mestres o aumento dos "trabalhadores por conta própria" estendeu-se por mais tempo).

A situação dos doutorados tem, no entanto, a singularidade de ser marcada por um acréscimo da proporção de "trabalhadores por conta própria" em 2016 e 2017, atingindo, neste último ano, o número mais elevado da década: 9%. Se é certo que esse valor volta a reduzir-se na coorte de 2018, o incremento registado em 2016 e 2017 gera perplexidade, devendo, pois, ser esclarecido a partir de um exame mais detalhado das atividades profissionais concretas dos doutorados naquele biénio.

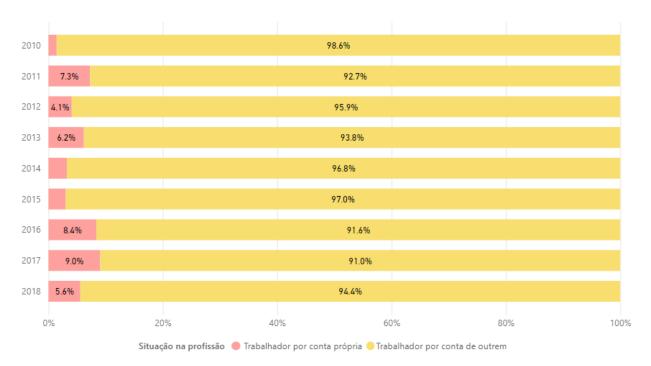


Figura 34. Situação dos doutorados da NOVA na sua profissão, um ano após a obtenção do grau

### 4.10. Posicionamento dos doutorados face à possibilidade de emigrarem

A intenção de emigrar manifestada pelos doutorados é idêntica, em termos tendenciais, à registada entre os mestres. Também para os primeiros foi, tanto em 2015, como em 2016, menor do que nos anos anteriores (Figura 36).

Entre as nove coortes analisadas, desponta a de 2012. Aí o somatório dos indivíduos que "já eram emigrantes", que "tinham planos para emigrar nos próximos 5 anos", ou que "consideravam a hipótese de emigrar como muito provável" aproximava-se muito de um terço do total (31,3%). Contrariamente, na fileira de 2015, que, recordamos, era aquela que auferia rendimentos médios superiores, que registava maiores níveis de ajustamento horizontal, e onde se observava uma situação de recuperação da "taxa de emprego", o resultado daquele mesmo somatório tinha-se contraído em mais de metade (13,3%).

Vale a pena, no entanto, sublinhar que as três coortes que se seguiram a 2015, não viram, contudo, reduzirse as disposições emigratórias, apesar da melhoria conjuntural verificada. A vontade emigratória não voltou, é
certo, a atingir os picos de 2012 e 2014, mas nunca foi despicienda. Se adicionarmos de novo o número
daqueles que "já eram emigrantes", com o daqueles que "tinham planos para emigrar nos próximos 5 anos" e,
por fim, com o dos que "consideravam a hipótese de emigrar como muito provável" verificamos que, em 2018,
o valor obtido ultrapassava, certamente, os 20%. Isto se tivermos em conta que em resultado da dificuldade de
contacto dos diplomados residentes no estrangeiro o número de doutorados emigrantes se encontrava
subrepresentado na amostra desta coorte, ou de qualquer das anteriores.

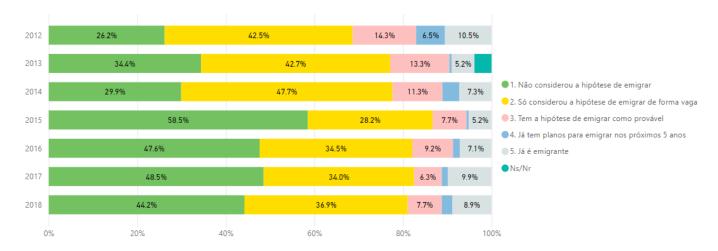


Figura 35. Posicionamento dos doutorados da NOVA (apenas os de nacionalidade portuguesa), no momento em que foram inquiridos, face à possibilidade de emigrar

### 4.11. Percentagem de doutorados que voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino.

Finalizamos este documento com a observação da avaliação que os doutorados da NOVA produzem dos cursos e das escolas onde realizaram os seus cursos (Figuras 37 e 38).

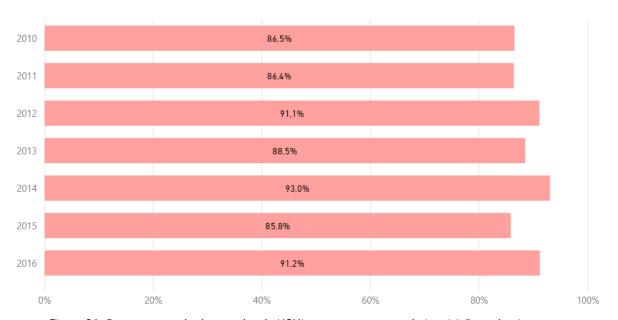


Figura 36. Percentagem de doutorados da NOVA que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos

Uma breve leitura transversal é suficiente para constatar que as declarações de intenção de escolha do mesmo curso e da mesma escola são de novo muito elevadas. Além disso, nos últimos três anos analisados, verifica-se um acréscimo nessas intenções.

Não deixa de ser surpreendente, pela positiva, registar que, na coorte de 2018, praticamente a totalidade dos inquiridos selecionaria, quer a mesma escola (97,1%), quer o mesmo curso (96,1%), mesmo com a variedade significativa de ofertas educativas disponíveis a nível nacional e internacional. Este número significa que ambas as escolhas seriam reiteradas por mais do que dezanove em vinte doutorados.

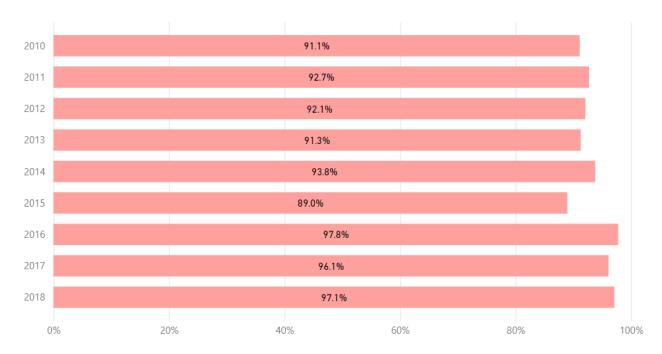


Figura 37. Percentagem de doutorados da NOVA que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino